



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO –
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA.**

Ref.: Concorrência Pública nº 02/2021

AMO SERVIÇOS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.298.685/0001-05, com sede na Rua Bráulio, 360, Santo Elias, Mesquita, Rio de Janeiro/RJ representada por seu sócio, Guilherme da Silva Barbosa, vem à presença de Vossa Senhoria, exercer o seu direito Constitucional de petição aos Poderes Públicos conforme estabelecido no art. 5º, XXXIV, LIV, LV, LXXVIII, todos da CF/88, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão da digna Comissão de Licitação que desclassificou a recorrente da Concorrência Pública nº 02/2021. Nesta oportunidade apresenta as razões de fato e direito que indubitavelmente levarão à reconsideração da decisão e inabilitação proferida.

I- DA TEMPESTIVIDADE

Cumpre esclarecer que a apresentação do presente é tempestiva, tendo em vista o prazo de 5 (cinco) dias úteis estabelecido no item 16.1 do Edital.

II- DOS FATOS:

No dia 28/05/21 foi retomada a sessão para o resultado acerca da habilitação das participantes da Concorrência Pública nº 02/2021 cujo objeto é a manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações quando necessário nas Unidades de Ensino e Prédios Administrativos sob responsabilidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC/Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, dividida em 4 lotes, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência e Proposta detalhe.

O resultado da análise da documentação da recorrente foi o seguinte: *“AMO SERVIÇOS GERAIS, comprovante de inscrição e situação cadastral Estadual não se encontra autenticada e não é possível realizar a autenticidade da mesma, pois em consulta ao site da SEFAZ obtivemos documento diferente do apresentado.”*, o que ensejou a desclassificação da recorrente.

Ocorre que, não podemos concordar com tal decisão, tendo em vista que a AMO SERVIÇOS GERAIS encontra-se regular perante a Fazenda Estadual, conforme será demonstrado.

- DA REGULARIDADE DA EMPRESA PERANTE A FAZENDA ESTADUAL

A desclassificação da empresa se deu em razão da alegada ausência de autenticidade do Comprovante de inscrição ou situação cadastral estadual, porém, tal alegação não merece prosperar. A empresa encontra-se regularmente habilitada perante a SEFAZ-RJ, sendo a





consulta a esta informação pública e acessível a qualquer cidadão através do link: <http://www4.fazenda.rj.gov.br/sincadweb/index.jsf;jsessionid=vZppM0h5uALONtdImjmIW.hc-prd-DEC-03:SINCAD>. Ao acessar o mencionado link e informar o CNPJ da empresa, será possível a verificação da habilitação da empresa e disponibilizado o download do comprovante de Inscrição e de situação cadastral da empresa:

CISC	Certidão de baixa de inscrição	CPF/CNPJ	Inscrição estadual
		17.298.685/0001-05	79.833.380

CISC - Comprovante de inscrição e de situação cadastral

Sistema desenvolvido utilizando a resolução padrão 1024x768

Consulta realizada na presente data:



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

CNPJ/CPF 17.298.685/0001-05	Inscrição Estadual 79.833.380	Data da concessão da inscrição 07/01/2013
Nome empresarial AMO SERVIÇOS GERAIS LTDA Título do estabelecimento		
Natureza Jurídica Sociedade Empresaria Limitada Regime de apuração Regime normal de tributação - Confronto débito e crédito		
Tipo de unidade principal Unidade Operacional		
Endereço do estabelecimento RUA BRAULIO, 360 SANTO ELIAS - MESQUITA RJ 26.560-580		

Comprovante emitido nos termos da Resolução SEFAZ nº 720/2014, Parte II, Anexo I, em 07/06/2021 18:39:28.

Ademais, apesar da empresa ter apresentado o de Inscrição e de situação cadastral perante a fazenda do Estado do Rio de Janeiro, o Edital não faz esta exigência, verifica-se que o Edital exige a seguinte comprovação em relação à Fazenda Estadual:

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

Ora, o que o Edital pretende é a comprovação da regularidade da empresa perante a Fazenda Estadual, o que não é verificado através do comprovante de Inscrição e de situação estadual, tal documento apenas comprova que a empresa possui inscrição estadual e está apta a recolher tributos Estaduais quando ocorrer o fato gerador para tal, ou seja, o Edital não faz exigência da apresentação do Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral perante a Fazenda Estadual, logo, não pode a empresa ser desclassificada em razão de um documento que sequer é exigido no Edital por força do princípio da vinculação ao Instrumento convocatório.





Além do mais, é possível verificar que a empresa se encontra inscrita no cadastro municipal de contribuintes através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão de Dívida Ativa, estas que são exigidas no Instrumento convocatório e foram regularmente apresentadas pela empresa em sua documentação habilitatória.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE			
CPF - CNPJ	17.298.685/0001-05	CAD ICMS	Ativo
NOME - RAZÃO SOCIAL	AMO SERVIÇOS GERAIS LTDA		
CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos, da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a RECEITA ESTADUAL, para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.			
EMITIDA EM	06/04/2021	AS	10:56:07
VALIDA ATÉ	07/07/2021		
Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04 de 2017			
OBSERVAÇÕES			

CERTIDÃO

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, as fls. 24, nos autos do procedimento administrativo CRE nº 20.209/2021, que no período de 1977 até 22/03/2021, CONSTA(M) DÉBITO(S) INSCRITO(S) em dívida ativa em nome de AMO SERVIÇOS GERAIS LTDA - C.N.P.J. nº 17.298.685/0001-05. Inscrição Estadual nº 79.833.380, corporificado(s) na(s) certidão(ões) de dívida ativa 2019/018.433-1, sendo que o(s) referido(s) débito(s) se encontra(m) na situação prevista no art. 1º, II da Resolução PGE nº 2.690 de 05 de outubro de 2009, o que determina a expedição de CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA, nos termos do art. 206 do CTN em relação a tal débito.

A presente certidão tem validade de 180 (cento e oitenta) dias após sua emissão.

Em 22 de março de 2021.



Acreditamos que no presente caso o que pode ter ocorrido seria uma dúvida com relação à certidão da Dívida Ativa emitida pela Procuradoria Geral do Estado, tendo em vista que tal documento já foi questionado por outros órgãos devido a assinatura digital constante no documento, porém, explicamos que a certidão apresentada se trata de documento original com assinatura eletrônica do Procurador do Estado:

Flávio Guimarães Gonçalves
PROCURADOR DO ESTADO

Digitally signed by FLAVIO GUIMARAES GONCALVES
Date: 2020.09.24 12:09:51 GMT-03:00

Inclusive a assinatura foi objeto de questionamento por parte da empresa recorrente perante a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro através de e-mail com o seguinte retorno da Procuradoria:



Em qui, 24 de set de 2020 13:19, Liliane Coelho <liliane.coelho@qbcs.com.br> escreveu:
Prezado

Obrigada!

Em qui, 24 de set de 2020 13:18, Arthur Maudonnet Filho <amaudonnet@pge.rj.gov.br> escreveu.

Vá até o final, que está assinada eletronicamente.

A partir de agora é e será assim.

Atenciosamente,

Arthur Maudonnet Filho

Técnico Processual

Desta forma verifica-se que o documento foi apresentado de acordo com as normas e procedimentos internos da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, sendo um documento original e válido, não podendo ensejar a inabilitação da empresa recorrente. Caso ocorra qualquer tipo de dúvida em relação a validade do documento, deve ser realizada diligência junto ao órgão emissor da certidão para a verificação da veracidade da mesma, em vista da existência de previsão legal para tal ato § 3º do artigo 43 da vigente Lei Federal de n. 8.666/1993.

Havendo algum erro formal ou material, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou na proposta há um poder-dever por parte da Comissão de Licitação/Pregoeiro em realizar a diligência, superando-se o dogma do formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca pela eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração. Vejamos entendimento, o TCU corrobora com o entendimento de ser necessária a realização de diligências, vejamos:

*“É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público.
(Acórdão 2239/2018 – Plenário)”*

“É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame” (Acórdão TCU nº 1.795/2015-Plenário).

“Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993)” (Acórdão TCU nº 3.418/2014-Plenário).

Desta forma, verifica-se que não há razão para a inabilitação da recorrente pautada em suposta irregularidade constante na Certidão da Procuradoria Geral do Estado não pode e não deve prosperar, a uma porque a certidão foi a apresentada na forma que é emitida pela PGE, e por este motivo é válida. A duas porque não houve diligencia por parte da comissão para o saneamento das dúvidas em relação ao documento apresentado, logo, é imperiosa a habilitação da empresa, tendo em vista a comprovada validade da Certidão emitida pela procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.





III – DOS PEDIDOS:

Diante do exposto requer:

I – O recebimento do presente recurso com efeito suspensivo, nos termos do artigo 109, § 2º da Lei 8.666/93;

II – O acatamento das razões recursais expostas, tendo em vista que toda a documentação apresentada pela empresa recorrente é legalmente válida e encontra-se em consonância com o ato convocatório, caso ainda restem dúvidas, que seja realizada diligência perante os órgãos competentes, nos termos do artigo 43 para o saneamento de toda e qualquer dúvida existente;

III – Considerando que AMO SERVIÇOS GERAIS LTDA cumpriu todos os requisitos Editalícios, requer à Ilustríssima Comissão de Licitação, com a ratificação da autoridade superior, a reconsideração da decisão de inabilitação da recorrente para que a mesma seja declarada habilitada na Concorrência 02/2021;

IV – Caso as razões recursais apresentadas não sejam acatadas, que seja a presente peça recursal encaminhada à autoridade superior para revisão, nos termos do artigo 109 da Lei 8.666/93 § 4º Lei 8.666/93.

São os termos em que,

Pede e aguarda Deferimento.

Rio de Janeiro, 07 de junho de 2021.



AMO SERVIÇOS GERAIS LTDA

Guilherme da Silva Barbosa

Diretor



CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº: 04-2021/755691

Código de verificação de autenticidade: 8d352af1ddf2713a9f9787a4ffc4cb27

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ: 17.298.685/0001-05	CAD-ICMS: Ativo
NOME / RAZÃO SOCIAL: AMO SERVIÇOS GERAIS LTDA	
<p>CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a RECEITA ESTADUAL para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 08/04/2021 ÀS 10:50:07</p> <p>VÁLIDA ATÉ: 07/07/2021</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004.</p> <p>A autenticidade desta certidão pode ser confirmada pela Internet (http://www10.fazenda.rj.gov.br/SATI-FiscoFacil/publico/autenticidadeHashCertidao/consultaAutenticidadeHash.xhtml).</p> <p>A verificação de débitos é efetuada pelo CNPJ do requerente, abrangendo sua regularidade fiscal e de estabelecimentos que porventura possuir com mesma raiz de CNPJ. A razão social, quando indicada, é informação apenas ilustrativa.</p> <p>O campo CAD-ICMS atesta a situação do CNPJ do requerente no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS: ATIVO - estabelecimento inscrito e ativo; DESATIVADO - estabelecimento inscrito e desativado; NÃO INSCRITO - estabelecimento sem qualquer inscrição. No caso de estabelecimento inscrito no CAD-ICMS, sua identificação deverá ser obtida pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (www.fazenda.rj.gov.br).</p> <p>A condição de não-inscrito ou desativado não desobriga o requerente de possuir inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro caso exerça atividade relacionada no artigo 20 do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014.</p>	



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
3ª Procuradoria Regional

CERTIDÃO

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, às fls. 24, nos autos do procedimento administrativo CRF nº 20.209/2021, que no período de 1977 até 22/03/2021, CONSTA(M) DÉBITO(S) INSCRITO(S) em dívida ativa em nome de AMO SERVIÇOS GERAIS LTDA, C.N.P.J. nº 17.298.685/0001-05, Inscrição Estadual nº 79.833.380, corporificado(s) na(s) certidão(ões) de dívida ativa 2019/018.433-1, sendo que o(s) referido(s) débito(s) se encontra(m) na situação prevista no art. 1º, II da Resolução PGE nº 2.690 de 05 de outubro de 2009, o que determina a expedição de CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA, nos termos do art. 206 do CTN em relação a tal débito.

A presente certidão tem validade de 180 (cento e oitenta) dias após sua emissão.

Em 22 de março de 2021.

Flávio Guimarães Gonçalves
PROCURADOR DO ESTADO

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**CNPJ/CPF**

17.298.685/0001-05

Inscrição Estadual

79.833.380

Data da concessão da inscrição

07/01/2013

Nome empresarial

AMO SERVIÇOS GERAIS LTDA

Título do estabelecimento**Natureza Jurídica**

Sociedade Empresária Limitada

Regime de apuração

Regime normal de tributação - Confronto débito e crédito

Tipo de unidade principal

Unidade Operacional

Endereço do estabelecimento

RUA BRAULIO, 360 SANTO ELIAS - MESQUITA RJ 26.560-580

Situação cadastral

Habilitada

Data da situação cadastral

21/02/2020

Atividades econômicas (CNAE)**Principal**

78.20-5/00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA

Secundárias

33.14-7/08 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E APARELHOS PARA TRANSPORTE E ELEVAÇÃO DE CARGAS

41.20-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

42.11-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS

42.12-0/00 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS

42.13-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS

42.21-9/05 - MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES

42.22-7/01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO

42.23-5/00 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA ÁGUA E ESGOTO

42.91-0/00 - OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS

42.99-5/99 - OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

43.11-8/01 - DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS

43.12-6/00 - PERFURAÇÕES E SONDAGENS

43.13-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM

Unidade de cadastro

AFR 17.01 - AFR 17.01 - Metropolitana

Unidade de fiscalização

AFR 17.01 - AFR 17.01 - Metropolitana

Observação

Regime normal desde 01/07/2015. Documentos fiscais emitidos podem gerar crédito.

Comprovante emitido nos termos da Resolução SEFAZ nº 720/2014, Parte II, Anexo I, em 08/06/2021 13:43:47.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**CNPJ/CPF**

17.298.685/0001-05

Inscrição Estadual

79.833.380

Data da concessão da inscrição

07/01/2013

Nome empresarial

AMO SERVIÇOS GERAIS LTDA

Título do estabelecimento**Natureza Jurídica**

Sociedade Empresária Limitada

Regime de apuração

Regime normal de tributação - Confronto débito e crédito

Tipo de unidade principal

Unidade Operacional

Endereço do estabelecimento

RUA BRAULIO, 360 SANTO ELIAS - MESQUITA RJ 26.560-580

Situação cadastral

Habilitada

Data da situação cadastral

21/02/2020

43.19-3/00 - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
43.21-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
43.22-3/01 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS
43.22-3/02 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO
43.22-3/03 - INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO
43.29-1/03 - INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES
43.99-1/01 - ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS
43.99-1/99 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
45.11-1/01 - COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS NOVOS
45.11-1/02 - COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS USADOS
45.20-0/01 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
45.30-7/03 - COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES
46.47-8/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES
46.49-4/99 - COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
47.51-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA
49.23-0/02 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA
49.30-2/01 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL
~~49.30-2/02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS,~~

Unidade de cadastro

AFR 17.01 - AFR 17.01 - Metropolitana

Unidade de fiscalização

AFR 17.01 - AFR 17.01 - Metropolitana

Observação

Regime normal desde 01/07/2015. Documentos fiscais emitidos podem gerar crédito.

Comprovante emitido nos termos da Resolução SEFAZ nº 720/2014, Parte II, Anexo I, em 08/06/2021 13:43:47.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**CNPJ/CPF**

17.298.685/0001-05

Inscrição Estadual

79.833.380

Data da concessão da inscrição

07/01/2013

Nome empresarial

AMO SERVIÇOS GERAIS LTDA

Título do estabelecimento**Natureza Jurídica**

Sociedade Empresária Limitada

Regime de apuração

Regime normal de tributação - Confronto débito e crédito

Tipo de unidade principal

Unidade Operacional

Endereço do estabelecimento

RUA BRAULIO, 360 SANTO ELIAS - MESQUITA RJ 26.560-580

Situação cadastral

Habilitada

Data da situação cadastral

21/02/2020

INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

52.40-1/99 - ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AÉREOS, EXCETO OPERAÇÃO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISSAGEM

56.20-1/01 - FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS

61.90-6/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

62.09-1/00 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

71.12-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

71.19-7/01 - SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA

71.19-7/02 - ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLÓGICOS

71.19-7/04 - SERVIÇOS DE PERÍCIA TÉCNICA RELACIONADOS À SEGURANÇA DO TRABALHO

77.11-0/00 - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR

77.19-5/99 - LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR

77.32-2/01 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES

77.33-1/00 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO

78.30-2/00 - FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS

80.20-0/01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico

81.11-7/00 - SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS

81.29-0/00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

82.19-9/99 - PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

Unidade de cadastro

AFR 17.01 - AFR 17.01 - Metropolitana

Unidade de fiscalização

AFR 17.01 - AFR 17.01 - Metropolitana

Observação

Regime normal desde 01/07/2015. Documentos fiscais emitidos podem gerar crédito.

Comprovante emitido nos termos da Resolução SEFAZ nº 720/2014, Parte II, Anexo I, em 08/06/2021 13:43:47.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**CNPJ/CPF**

17.298.685/0001-05

Inscrição Estadual

79.833.380

Data da concessão da inscrição

07/01/2013

Nome empresarial

AMO SERVIÇOS GERAIS LTDA

Título do estabelecimento**Natureza Jurídica**

Sociedade Empresária Limitada

Regime de apuração

Regime normal de tributação - Confronto débito e crédito

Tipo de unidade principal

Unidade Operacional

Endereço do estabelecimento

RUA BRAULIO, 360 SANTO ELIAS - MESQUITA RJ 26.560-580

Situação cadastral

Habilitada

Data da situação cadastral

21/02/2020

NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

82.30-0/01 - SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS

82.99-7/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

84.22-1/00 - DEFESA

87.30-1/99 - ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

88.00-6/00 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO

Unidade de cadastro

AFR 17.01 - AFR 17.01 - Metropolitana

Unidade de fiscalização

AFR 17.01 - AFR 17.01 - Metropolitana

Observação

Regime normal desde 01/07/2015. Documentos fiscais emitidos podem gerar crédito.

Comprovante emitido nos termos da Resolução SEFAZ nº 720/2014, Parte II, Anexo I, em 08/06/2021 13:43:47.



João Costa <joao.costa@gbcs.com.br>

Fwd: CRF - CERTIDÃO

3 mensagens

Liliane Coelho <liliane.coelho@gbcs.com.br>
Para: João Costa <joao.costa@gbcs.com.br>

24 de setembro de 2020 14:09

----- Forwarded message -----

De: **Liliane Coelho** <liliane.coelho@gbcs.com.br>
Date: qui, 24 de set de 2020 13:30
Subject: Re: CRF - CERTIDÃO
To: Arthur Maudonnet Filho <amaudonnet@pge.rj.gov.br>

Prezado.

Estamos preocupados dos órgãos não aceitar.

Isso é realmente é uma assinatura?

Desculpe a insistência, mas não podemos correr o risco.

Att,

Em qui, 24 de set de 2020 13:19, Liliane Coelho <liliane.coelho@gbcs.com.br> escreveu:
Prezado.

Obrigada!

Em qui, 24 de set de 2020 13:18, Arthur Maudonnet Filho <amaudonnet@pge.rj.gov.br> escreveu:

Vá até o final, que está assinada eletronicamente.**A partir de agora é e será assim.****Atenciosamente,****Arthur Maudonnet Filho****Técnico Processual**

De: Liliane Coelho <liliane.coelho@gbcs.com.br>
Enviado: quinta-feira, 24 de setembro de 2020 13:15
Para: Arthur Maudonnet Filho
Assunto: Re: CRF - CERTIDÃO

Prezado!

Boa tarde.

Certidão não está assinada. É assim mesmo?

Em qui, 24 de set de 2020 13:06, Arthur Maudonnet Filho <amaudonnet@pge.rj.gov.br> escreveu:

Prezada Liliane, boa tarde!

Em anexo a certidão solicitada.

Atenciosamente,

Arthur Maudonnet Filho

Técnico Processual

FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO

Liliane Coelho <liliane.coelho@gbcs.com.br>
Para: João Costa <joao.costa@gbcs.com.br>

24 de setembro de 2020 14:27

----- Forwarded message -----

De: **Arthur Maudonnet Filho** <amaudonnet@pge.rj.gov.br>

Date: qui, 24 de set de 2020 14:25

Subject: Re: CRF - CERTIDÃO

To: Liliane Coelho <liliane.coelho@gbcs.com.br>

Liliane, favor me ligar para 2768-8416

De: Liliane Coelho <liliane.coelho@gbcs.com.br>

Enviado: quinta-feira, 24 de setembro de 2020 13:30

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Liliane Coelho <liliane.coelho@gbcs.com.br>
Para: João Costa <joao.costa@gbcs.com.br>

24 de setembro de 2020 14:27

[Texto das mensagens anteriores oculto]



CERTIDÃO AMO_signed.pdf

66K